



# SÉRIE DE ESTUDOS

## **Democracia**



## **Apresentação Monitor da Democracia**

O Instituto Monitor da Democracia é um think tank com o objetivo de gerar ideias, conhecimentos, reflexões, estudos, pesquisas e em temas estratégicos para o fortalecimento da democracia e monitoramento de ações em países antidemocráticos.

Criado em 2021, o Monitor da Democracia defende o fortalecimento dos pilares essenciais de um sistema democrático. A missão do Instituto Monitor da Democracia é monitorar ações em países antidemocráticos, informar a população sobre os assuntos acerca do tema e realizar pesquisas e ações que garantam o fortalecimento da democracia exercendo influência na elaboração das políticas públicas. Para isso, investimos em programas de formação acadêmica, como centro de pensamento e desenvolvimento de ideias, com a promoção de estudos, observatórios, palestras, podcasts, publicação de livros e séries documentais.



## **Sumário**

1. Introdução	4
2. Referências históricas e comparativas	5
2.1 Formas de governo	5
2.2 Práticas governamentais	7
2.3 Como a democracia se desenvolveu?	8
3. O que é a democracia moderna/atual?	9
3.1 Benefícios e importância para a sociedade	12
3.2 Tipos de democracia	13
3.3 Democracia no Brasil	14
3.4 A democracia e seus desafios de melhoria contínua	21
4. Considerações Finais	20



## 1. Introdução

Existem muitos modelos diferentes de governos ao redor do mundo. Os gregos antigos são creditados com a criação da primeira democracia, embora quase certamente houvesse exemplos anteriores de democracia primitiva em outras partes do mundo.

O modelo grego foi estabelecido no século 5 antes de Cristo, na cidade de Atenas. Entre um mar de autocracias e oligarquias – que eram as formas normais de governo na época – a democracia ateniense se destacou.

A palavra democracia é derivada das palavras gregas "demo", que significa povo, e "kratos", que significa poder. Portanto, a democracia pode ser pensada como "o poder do povo", ou seja, um modo de governança que depende da vontade do povo.

Por configurar um governo em nome de todos os povos, segundo a sua "vontade", a democracia tem sua força advinda de dois princípios fundamentais, que são a autonomia individual e a igualdade. A autonomia individual é a ideia de que ninguém necessita seguir regras impostas por outros.

O homem deve ser capaz de controlar sua própria vida (dentro da razão). A igualdade, por sua vez, é a ideia de que todos devem ter oportunidades iguais para influenciar decisões que afetam a sociedade.

Esses princípios são intuitivamente atraentes e ajudam a explicar o porquê da democracia ser tão difundida, já que é de suma importância a participação popular na decisão das regras gerais.

Os problemas surgem quando os princípios estão a ponto de serem colocados em prática, pois é necessário que haja um mecanismo de decisão para deliberar as diferentes visões individuais. Ao oferecer um mecanismo simples, a democracia tende a ser "regra da maioria", mas a regra da maioria pode significar que os interesses de alguns (minorias) nunca são representados. Uma forma mais autêntica de representar

os interesses de todos é usar a tomada de decisão por consenso, onde o objetivo é encontrar pontos de interesse comum.

Muitos anos se passaram desde a criação da democracia e, isso colaborou para a evolução e aperfeiçoamento em diversos aspectos. Um importante avanço foi o fato de, a partir do século 20, com a participação cidadã ampliada, a democracia contou com a possibilidade de votos estendida a todos, sem distinções, o sufrágio universal.

## 2. Referências históricas e comparativas

### 2.1 Formas de governo

As formas de governo são entendidas como modelos institucionais para governar uma sociedade. Essas formas dão origem às práticas governamentais, que são características de todo Estado soberano. As principais formas de governo são a monarquia, a anarquia e a república.

Uma monarquia é uma forma de governo baseada na soberania ou poder concentrado em uma única pessoa. O termo se aplica a estados em que o poder supremo é investido no monarca, um governante individual que atua como chefe de estado, no qual obtém sua posição por hereditariedade.





Comumente, as monarquias só permitem a sucessão masculina, geralmente de pai para filho, mas, não foi o que ocorreu no trono inglês. No Reino Unido, Elizabeth II foi coroada em 1953 e tornou-se rainha em decorrência da morte de seu pai. Uma ascensão que era improvável, pois Elizabeth II era filha do segundo herdeiro na linha de sucessão do trono. A rainha britânica segue no trono até hoje (2022) e, seu filho Charles, nascido em 1948, é o primeiro na linha de sucessão.

Uma monarquia consiste em instituições separadas, mas interdependentes: governo e administração de um lado, cortes, tribunais e cerimônias, de outro. Essas cerimônias configuram a vida social dos membros da dinastia, seus amigos e elite associada. Assim, a monarquia implica não apenas uma organização político-administrativa, mas também uma "sociedade de corte".

A anarquia, por sua vez, é o conjunto de doutrinas e atitudes centradas na crença de que o governo é prejudicial e desnecessário. Derivado da raiz grega *anarchos* que significa "sem autoridade", o anarquismo se desenvolveu no Ocidente e se espalhou pelo mundo, especialmente no início do século 20.

Alguns dos valores defendidos pelos anarquistas são o direito à liberdade individual e coletiva, para o desenvolvimento do pensamento crítico e da competência individual de todos; igualdade econômica, política e social, valor que inclui questões de gênero e raça; solidariedade, a teoria anarquista só faz sentido se houver apoio mútuo, cooperação e espírito coletivo entre as pessoas.

Já a república é a forma de governo na qual o Estado é constituído para atender e solucionar as questões e interesses gerais dos cidadãos. Em geral, a República pode ser definida como uma forma de governo na qual os representantes políticos são eleitos democraticamente, ou seja, por voto, direta ou indiretamente, para exercer temporariamente suas funções. Isso significa que há uma eleição para escolher um líder que, por sua vez, não ficará no poder indefinidamente.

Na república, também é possível perceber claramente a separação de poderes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Este sistema, conhecido como "sistema



de verificação e equilíbrio", permite que cada autoridade limite o desempenho da outra.

O Sistema de Freio e Contrapesos, denominado como *Checks and Balances System*, estabelece que estes poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) sejam controlados por eles mesmo, mantendo ainda assim, a sua autonomia de acordo com as funções a serem exercidas. Este Sistema ajuda a reprimir possíveis formas de abuso de poder entre os mesmos.

O poder legislativo é o poder de estabelecer as leis de um país. É composto pelo Congresso Nacional, ou seja, Câmara dos Deputados, Senado, Parlamentos e Assembleias. O poder legislativo, além de desempenhar o papel de fazer leis para governar a sociedade, também controla o poder executivo.

O poder executivo é o poder de fazer cumprir, monitorar e administrar as leis de um país. Dentro desse poder, estão o Presidente da República, os Ministérios, os Secretários Presidenciais, a Administração Pública e o Conselho de Políticas Públicas.

O poder judiciário opera no campo da aplicação da lei. É o poder responsável por julgar os casos de acordo com a Constituição do Estado. Basicamente, a função do Judiciário é aplicar a lei, julgar e interpretar fatos e litígios, respeitando a Constituição do Estado.

## **2.2 Práticas governamentais**

As práticas governamentais são características de cada governante. Algumas das práticas de governo são autoritarismo, parlamentarismo e presidencialismo.

O autoritarismo é uma prática governamental utilizada em situações excepcionais na Grécia, como alternativa à democracia. Neste cenário, o chefe reinava com poder ilimitado, mas ainda desconsiderava o fato de que tinha que representar a vontade do



povo. Hoje, nas sociedades democráticas ocidentais, o termo autocracia tem uma conotação negativa.

O parlamentarismo, por sua vez, é uma prática governamental de caráter representativo, em que a direção dos assuntos públicos é delegada a um gabinete de nível ministerial estabelecido no parlamento.

O presidencialismo caracteriza-se por escolha direta do presidente, através de eleições democráticas diretas e participativas, ou indiretas (EUA). Esse sistema foi estabelecido nos Estados Unidos em 1787, com o objetivo de servir de modelo para repúblicas democráticas. Nela, cada poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) deve fiscalizar e equilibrar os demais poderes, sem qualquer dominação de nenhum poder sobre os demais.

### **2.3 Como a democracia se desenvolveu?**

A democracia é um sistema político em que o povo exerce a soberania. Os cidadãos detêm o poder e atribuem parte desse poder ao Estado, para que organize a sociedade.

A democracia configura a ideia de que os cidadãos de um país devem ter um papel ativo no governo, gerenciando-o diretamente ou por meio de representantes eleitos. Além disso, apoia a ideia de que o povo pode substituir seu governo por meio de transferências pacíficas de poder, em vez de revoltas ou revoluções violentas. Assim, uma parte fundamental da democracia é que o povo tenha voz.

O conceito de democracia foi criado a partir da experiência de autogoverno entre os cidadãos atenienses durante o período de Péricles, no Século V antes de Cristo. As ideias gregas de democracia diferiam da democracia moderna porque, em Atenas, os cidadãos adultos eram obrigados a participar ativamente da política. Quando não cumpriam com seus deveres, eram multados e, muitas vezes, marcados com tinta vermelha.





Mesmo que o nome e os diversos conceitos apontem para uma forma de governo com participação da população, quando criada e estabelecida, a democracia não era para todos. Até então, mulheres, escravos e trabalhadores foram excluídos da cidadania, por não serem considerados cidadãos.

Em Atenas eram escolhidos, anualmente, 500 nomes de cidadãos que serviriam, ativamente, o governo por um ano. Durante este ano, eles eram responsáveis por fazer novas leis e controlar todas as partes do processo político. Quando uma nova lei é proposta, todos os cidadãos de Atenas votavam. Para votar, os cidadãos deveriam comparecer à convenção no dia da votação, configurando a democracia direta.

Na Idade Média, a Europa estava dividida em pequenos edifícios, onde o poder era detido por senhores feudais locais. A maioria da população, composta de servos, desconhecia completamente o processo político.

Na era do iluminismo, o pensamento político de democracia foi inovado com a defesa da concepção do exercício da soberania pelo povo. Assim, no Iluminismo, buscava-se compreender e explicar a sociedade civil por meio de contrato social que deve ser elaborado conforme a vontade geral.

A partir da década de 1950, um novo conceito de democracia surgiu, a democracia moderna/atual, modificando as concepções idealistas e utópicas que só se referiam à "vontade do povo" e ao "bem comum".

### **3. O que é a democracia moderna/atual?**

A democracia é baseada em princípios como a participação popular; igualdade; tolerância política; prestação de contas; transparência; eleições livres, justas e regulares; liberdade econômica; direitos humanos; múltiplos sistemas partidários e estado de direito.



Um dos elementos essenciais da democracia é a participação do povo no governo. A participação é um papel fundamental dos cidadãos em uma democracia, não é direito, mas obrigação. A participação cidadã pode assumir muitas formas, incluindo ir às urnas, votar em eleições, obter informações, debater questões, participar de reuniões comunitárias e cívicas, tornar-se membro de organizações voluntárias privadas, pagar impostos e até se manifestar. A participação constrói uma democracia melhor.

As sociedades democráticas enfatizam o princípio de que todas as pessoas são iguais. Igualdade significa que todas as pessoas são valorizadas igualmente, têm oportunidades iguais e não podem ser discriminadas por causa de raça, religião, nacionalidade, sexo ou orientação sexual. Em uma democracia, indivíduos e grupos sempre têm o direito de ter diferentes culturas, personalidades, idiomas e crenças.

As democracias são conhecidas por sua tolerância política. Isso significa que, embora a maioria das pessoas tenha voz em uma democracia, os direitos das minorias devem ser protegidos. As pessoas que não têm poder devem ter a possibilidade de se organizar e falar.



Um dos objetivos da democracia é deliberar de forma adequada e em conformidade aos desejos do povo, as melhores decisões políticas para a sociedade. Para conseguir isso, é necessário o respeito por todas as pessoas e seus pontos de vista.

Todos em uma democracia devem ter alguma forma de liberdade econômica. Isso significa que o governo permite que certas propriedades, empresas privadas e pessoas possam escolher seus trabalhos e sindicatos. Alguns argumentam que o Estado deveria desempenhar um papel maior em países com grande desigualdade de riqueza, devido à discriminação passada ou outras práticas injustas.

No Brasil, o sistema é o de República presidencialista, com origem no poder democrático. No ano de 2019, o Brasil sancionou a Lei nº 13.874/2019, que instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Em sua disposição geral, são postos como princípios norteadores:

1. a liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas;
2. a boa-fé do particular perante o poder público;
3. a intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas; e
4. o reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Estado.

O documento estipula o direito do empresário de fixar livremente os preços de acordo com as regras do mercado, além de poder inovar, explorar e comercializar novos tipos de produtos e serviços. A autoridade pública não pode solicitar qualquer tipo de certidão que não esteja expressamente prevista na lei.

De maneira resumida, as possibilidades de forma de governo e de estado são:

<b>Forma de Governo</b>	<b>Forma de Estado</b>	<b>Sistema de Governo</b>	<b>Regime Político</b>
República	Unitário	Presidencialismo	Democracia
Monarquia	Composto/Federação	Parlamentarismo	Totalitarismo



### **3.1 Benefícios e importância para a sociedade**

A importância e benefícios da democracia para a sociedade são pautados no fato de que não existe nenhuma outra forma de governo que promova e garanta a livre expressão de preferências políticas, como a democracia faz. Além disso, a democracia também promove o progresso por meio da competição pacífica entre diferentes grupos de interesses e ideias.

Através da democracia, há a proteção dos interesses dos cidadãos; promoção da igualdade; prevenção do abuso de poder e estabilidade. Com a proteção dos interesses, os cidadãos podem votar e participar nas questões que afetam o país. A democracia é um sistema que, ao garantir direitos políticos e de representação, busca unificar diferentes interesses, crenças e posições e, assim, garantir um consenso mínimo para a administração e gestão pública.

Com a igualdade, todas as pessoas, aos olhos da lei, são iguais e podem votar. Com a prevenção do abuso de poder, os governantes podem ser punidos legalmente e não serão reeleitos pelo povo novamente. Na democracia, a estabilidade é instituída através das regras e leis advindas de um sistema democrático.

As instituições políticas servem ao povo e suas atividades afetam diretamente a vida das pessoas que vivem em uma sociedade democrática. É com a democracia que podemos usufruir do direito de voto, liberdade de expressão, liberdade política e de imprensa. Ademais, conquistas importantes como o orçamento participativo, que permite aos cidadãos decidir a alocação dos recursos públicos, também devem ser citadas como exemplos de práticas dentro da democracia. Audiências públicas e conselhos são outros exemplos das conquistas da democracia que permitem o exercício da cidadania.

Além disso, numa democracia, pode-se controlar o funcionamento das instituições e assegurar o seu funcionamento. A imprensa é um agente altamente influente nesse aspecto, responsável por informar a população sobre os grandes acontecimentos políticos, econômicos e sociais, e fornecer informações que permitam a convivência em sociedade e o controle social.

Ressalte-se que a transparência do poder público para a sociedade civil só existe em decorrência dos benefícios da democracia e, através de processos democráticos, podemos melhorar e tornar os procedimentos, decisões e gestão dos recursos mais transparentes e acessíveis a todos. Em especial, em uma democracia, o desenvolvimento econômico, social e tecnológico é importante e, o acesso à saúde, educação, livre pensamento e arbítrio e liberdade são elementos estruturantes de uma sociedade democrática.

### **3.2 Tipos de democracia**

Os principais tipos de democracia são: democracia direta, democracia representativa e democracia participativa.

A democracia direta configura organização social, na qual os cidadãos participam, de maneira ativa, na tomada de decisões e exercício da democracia. Nesse tipo de democracia, o poder de decisão popular não é delegado. Assim, a própria população é responsável por determinar, diretamente, o que é de interesse público da cidade, vila ou povoado. Vale ressaltar que a democracia direta pura, como é conceituada, não é praticada, nacionalmente, em nenhum país moderno, o país que mais se aproxima desse sistema é a Suíça, com uma democracia semidireta.

A democracia representativa, por sua vez, configura o exercício da política através de uma população eleitoral e de maneira indireta. Neste caso, a democracia é exercida através de representantes, designados pelo povo, com permissão de atuar em nome de parcela da população, ou seja, os representantes são legitimados pela soberania popular. Os Estados Unidos é um exemplo de país que tem uma democracia representativa.

A democracia participativa é caracterizada, sobretudo, pela capacidade dos cidadãos em intervirem, diretamente, nos processos de tomada de decisão e controlar o exercício do poder. Nesta, como é o caso do Brasil, há eleições populares para

escolher e nomear membros do Executivo e Legislativo. Além disso, a democracia participativa permite maior participação dos cidadãos no processo decisório.

É importante destacar os aspectos comuns em democracias de qualquer tipo, que são:

- Participação popular;
- Defesa de interesses de grupos de pressão e setores empresariais;
- Sistema de *checks and balances*;
- Estrutura de três poderes, com papéis bem definidos;
- Liberdade, igualdade e fraternidade;
- Constituição única.



### 3.3 Democracia no Brasil

A República do Brasil foi proclamada em 15 de novembro de 1889 e encerrou o período imperial, iniciado em 1822, com a independência. Ao longo da história do Brasil, no entanto, a democracia nem sempre prevaleceu. O país passou por ditaduras, eleições suspensas ou indiretas e revoluções políticas.



A fase atual democrática em que o Brasil se encontra, é recente e começou após a abertura política, culminando na primeira eleição presidencial, em 1989, após o fim das eleições indiretas que prevaleceram durante a ditadura militar.

No Brasil, os direitos fundamentais dos indivíduos como saúde, educação, saneamento, ir e vir, julgamento livre e imparcial, alimentação adequada, previdência e trabalhistas são garantidos com a Constituição Federal de 88. Essa constituição é reconhecida, por muitos, como o marco inicial do Estado Democrático de Direito no país.

O artigo 3º é um exemplo das várias garantias da democracia no Brasil, na Constituição Federal de 88. Esse artigo constitui os objetivos fundamentais do Brasil, que tenham como interesse o estabelecimento e concretização da democracia econômica, social e cultural:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Outro exemplo de garantias de direitos aos brasileiros e o processo democrático, de acordo com a Constituição Federal de 88, é o artigo 5º. Conforme esse artigo, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.



A primeira eleição presidencial direta, após o regime militar, foi realizada em 1989. O presidente civil eleito foi Fernando Collor, que assumiu o cargo em março de 1990. O Plano Collor, um conjunto de medidas econômicas destinadas a conter a hiperinflação nesse período, confiscou a poupança e trouxe fortes efeitos negativos. Além disso, sucessivos escândalos envolvendo importantes membros do Poder Executivo desde o início do governo Collor, até a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso, em junho de 1992, para investigar o incidente. O público começou a se opor ao presidente e, em setembro de 1992, a Câmara dos Deputados aprovou sua demissão. Collor foi demitido em 3 de outubro, substituído pelo vice-presidente Itamar Franco.

Em 1993, de acordo com as disposições da Constituição de 1988, realizou-se uma reunião de representantes na forma de governo, seja republicano ou monárquico, e no sistema de governo, seja presidencial ou parlamentar. Naquela época, o povo brasileiro optou por manter a forma republicana e o sistema presidencialista.





O 25º Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, tomou posse em 1995. No seu primeiro mandato, em 1997, foi aprovada uma emenda constitucional permitindo a reeleição para cargos executivos eletivos (presidente, governador e prefeito). No ano seguinte, Fernando Henrique foi o primeiro presidente reeleito do Brasil. O próximo presidente a ser eleito pelo povo brasileiro foi Luiz Inácio Lula da Silva, que foi reeleito em 2006.

Em 2011, quando o segundo mandato do ex-presidente Lula se findou (2010), Dilma Rousseff assumiu a presidência. Após 4 anos, em 2014, foi reeleita e iniciou o segundo mandato como presidente do Brasil. Em 31 de agosto de 2016, a então presidente sofreu um impeachment, que levou-a a deixar o cargo após quase 06 anos. Nesse momento, o vice-presidente, Michel Temer, assumiu o posto de presidente.

Michel Temer ocupou o posto de presidente do Brasil apenas até o término do mandato Dilma, em janeiro de 2019. Após as eleições de 2018, Jair Bolsonaro assumiu a presidência em 2019, na qual permanece até hoje, em seu primeiro mandato.

Com o impeachment e os diversos processos de conflitos, turbulências e instabilidades advindas do governo Dilma, a democracia sofreu e vem sofrendo até os dias atuais. O processo de impeachment é um processo democrático, mas



prejudicou o Brasil e sua imagem, economia, política, credibilidade e confiança diante dos demais países e sistemas.

Mesmo com tantas dificuldades, a democracia seguiu abalada, porém com instituições funcionando e com uma estrutura de governo de estado forte. O Brasil conta com uma democracia representativa, com voto obrigatório para cidadãos que tenham entre 18 e 65 anos.

### **3.4 A democracia e seus desafios de melhoria contínua**

No Brasil, os principais desafios para a democracia são: desemprego, corrupção e saúde. Com as crises econômica, sanitária e ética, a percepção dos brasileiros sobre os principais problemas e assuntos que devem ter prioridades foram os acima citados.

O desemprego é um grande problema para a democracia pois o trabalho continua a ser a principal forma de socialização e, assim, o desemprego crônico leva à marginalização social. Os pobres estão se tornando cada vez menos necessários para o resto da sociedade, mesmo na força de trabalho; nas economias avançadas, a alienação substituiu a exploração.

A corrupção política é um dos problemas mais sérios e complexos enfrentados pela democracia. Trata-se, basicamente, do abuso do poder público para qualquer tipo de ganho privado, inclusive em benefício de partidos governamentais à custa de sua oposição. Viola, assim, o princípio da igualdade política inerente à democracia, seus protagonistas podem ganhar ou manter o poder e as vantagens políticas são desproporcionais às vantagens que obtém por meios de competição política.

Atitudes corruptas de líderes políticos e partidos corroem significativamente a percepção das pessoas sobre as vantagens da democracia sobre suas alternativas, porque isso faz com que muitos pensem que é “normal”, ou seja, que essas atitudes fazem parte do processo democrático brasileiro.



O último e principal desafio para a democracia brasileira é a saúde pública. A criação do SUS, o Sistema Único de Saúde, é a maior conquista da democracia brasileira. De fato, antes da criação do SUS, as pessoas se dividiam entre as que tinham plano de saúde e as que não tinham plano de saúde.

A saúde, como um dos principais direitos da democracia, afeta diretamente o sistema brasileiro e, por isso, merece atenção e cuidado, bem como os demais temas acima citados.



#### **4. Considerações Finais**

O sistema democrático foi criado em Atenas, na Grécia antiga. Embora a Grécia seja o berço da democracia, nem todos podem eleger seus políticos. Era uma forma rudimentar de democracia, como a vemos hoje.

O resultado da democracia é um sistema de governo formado pela livre escolha dos governantes pela maioria do povo, pelo voto. Um sistema democrático inclui todos os elementos da organização política de um país, ou seja, mais de uma forma de Estado, a democracia aplica-se na constituição, ordem eleitoral, órgãos administrativos, poderes legislativo, executivo e judiciário e organização política.

A democracia principiológica é um conjunto de fundamentos da organização política de uma sociedade, entre os quais: liberdade individual aos representantes do poder político, em particular ao país da Câmara; o direito à liberdade de expressão e opinião sobre a vontade política de cada pessoa; direitos políticos iguais e capacidade de criar oportunidades iguais para indivíduos e partidos políticos expressarem suas opiniões sobre decisões de interesse público.

O Estado Democrático de Direito é estabelecido e legitimado pela crença de que o Poder do Estado vem do povo. Seu princípio básico é a democracia pluralista, que abre oportunidades para a participação social de diferentes representantes da sociedade civil, garantindo o respeito aos direitos das minorias.